

INQUIETAÇÕES SOBRE A NATUREZA: ENTRE UTOPIAS E DISTOPIAS ANTRÓPICAS

Cláudia Silva Barbosa

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, MG, Brasil
geoclaudiabarbosa@gmail.com

RESUMO

Faz alguns milênios que o ser humano se viu como uma parte fora da natureza. Essa natureza, ao longo do tempo, assumiu diversas roupagens, desde ser considerada como território do sagrado até ser tratada apenas como recurso para benefício do homem. No processo de dessacralização, a natureza-objeto foi superexplorada, o que gerou impactos, algumas vezes expressos artisticamente em distopias que anunciaram um futuro caótico para a humanidade. Esse futuro se materializou em 2019 sob a forma de um vírus que deu vida para uma nova distopia em âmbito mundial, o SARS-CoV-2. Embora com origem natural, sua rápida propagação estaria atrelada com a ação antrópica. A pandemia que gerou impactos na economia e nas formas de viver humanas, tão arraigadas ao capitalismo moderno, abriu caminho para reflexões sobre narrativas que tratam de outras perspectivas do convívio coletivo, pautado em objetivos comuns e na valorização das sabedorias ancestrais e do reencontro com a natureza. Dentre essas possibilidades estão as propostas levantadas pela etnoconservação e pelo Bem Viver. Talvez novas utopias. Este artigo buscou refletir sobre esse contexto, rastreando bibliografias que abordam a temática.

Palavras-chave: Natureza. Utopia. Distopia. Etnoconservação. Bem Viver.

CONCERNS ABOUT NATURE: BETWEEN UTOPIAS AND ANTHROPIC DYSTOPIAS

ABSTRACT

It has been a few millennia since human beings saw themselves as a part outside nature. This nature, over time, took on several guises, from being considered as sacred territory to being treated only as a resource for the benefit of man. In the process of desecration, an object-nature was overexploited, which generated impacts, sometimes artistically expressed in dystopias that announced a chaotic future for humanity. That future materialized in 2019 in the form of a virus that gave life to a new global dystopia, SARS-CoV-2. Although with a natural origin, its rapid spread would be linked to anthropic action. The pandemic that it generated in the economy and in the human ways of living, so ingrained to modern capitalism, paved the way for reflections on narratives that deal with other perspectives of collective coexistence, based on common objectives and on the valorization of ancestral wisdoms and the reunion with a nature. Among these possibilities are proposals raised by ethnoconservation and Bem Viver. Perhaps new utopias. This article sought to reflect on this context, tracking bibliographies that address the theme.

Keywords: Nature. Utopia. Dystopia. Ethnoconservation. Bem Viver.

INTRODUÇÃO

O homem é um animal racional, essa afirmação é ratificada há séculos pela ciência. Mas esse homem à medida que se modernizou e se urbanizou tornou-se um ser desnaturado, culto, ou seja, um ser fora da natureza, que buscou constantemente se distanciar do grupo ao qual faz parte, o animal. Uma contradição, pois para Levi Strauss (2012) a natureza seria uma constante universal no humano, especialmente no que diz respeito a natureza biológica humana, como o simples ato de dormir. Já a cultura seria a condição que ligaria esse homem aos costumes, regras e tradições. Então saber onde começaria a natureza e termina a cultura seria algo complexo e carregado de sutilezas. Porém, uma possibilidade seria dizer que a cultura estaria balizada pela disseminação de conhecimentos e práticas coletivas. Por exemplo, conforme Santos (2006), desde o processo de domesticação de plantas o homem já impunha suas próprias leis a natureza. Isso foi ampliado à medida que as técnicas de produção foram criadas e disseminadas. Especialmente a partir de meados do século XX, o período técnico-científico se ampliou e com ele os processos de urbanização e de crescimento populacional. Nesses processos a natureza é cada vez mais vista como recurso, é

instrumentalizada para um fim antrópico, assim, o meio natural se tornou cada vez mais um meio social favorecendo a crises ambientais que afetam o planeta como um todo. (SANTOS, 2006).

A palavra homem, em si, já é um indicador de onde se fala, do domínio de um gênero que por milhares de anos se impõe sobre os demais. Mas porque o homem se descolou da natureza? Como isso interferiu na ampliação de impactos ambientais e sociais? Como interferiu na imposição de condutas e pensamentos, muitas vezes induzindo aos cenários de futuros distópicos?

Parte das respostas provêm da percepção sobre as consequências globais dos impactos ambientais antrópicos, que já se delineava com os movimentos ambientalistas a partir da década de 60 do século XX. Um ponto de inflexão foram publicações como de Raquel Carson com sua “Primavera Silenciosa” na qual demonstrava que o uso indiscriminado de pesticidas como o DDT (Dicloro-difenil-tricloro-etano) gerava danos significativos não apenas ao meio ambiente como também aos seres humanos (CARSON, 1969). E em 1972, a publicação do relatório “Os limites do crescimento” que advertia sobre a finitude dos recursos naturais diante da maior demanda advinda do crescimento econômico quanto populacional, afirmando-se que a longo prazo: “[...] O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio tanto da população como da capacidade industrial.” (MEADOWS, 1973, p. 41). Esse Relatório norteou parte das discussões da primeira grande conferência mundial sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo na Suécia.

Anos depois, em 1987, foi publicado o “Relatório Brundtland” ou, comumente chamado, “Nosso Futuro Comum”, que apontava a necessidade de mudanças globais no uso dos recursos e propunha estratégias para se alcançar o desenvolvimento sustentável como aquele que “[...] assegura e satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações para satisfazer as próprias”. (NAÇÕES UNIDAS, 1987, p. 23, tradução livre). Em 1992, realizou-se no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO - 92, que discutiu os custos ambientais e sociais do crescimento econômico, além dos caminhos que deveriam ser seguidos para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Embora outras conferências tenham sido realizadas, leis protecionistas tenham sido estabelecidas, os impactos a natureza continuaram aumentando. E conforme aponta Solón (2019), com o avanço do neoliberalismo “[...] a exploração das desigualdades e a superação dos limites ecológicos tornaram obsoletas quaisquer esperanças de desenvolvimento sustentável.” (SOLÓN, 2019, p. 66).

Somente uma grande mudança coletiva de paradigma pautada numa visão menos antropocêntrica sobre a natureza poderia minimizar tal situação ao longo prazo. (LÖWY, 2013; GUATTARI, 2012, LATOUR, 2020).

Embora com todos esses alertas, a sacudidela veio da natureza, por uma distopia que se tornou real quando o ser humano, aquele que se lançou nos últimos milênios como senhor da Terra e de tudo que nela há, foi afetado no início do ano de 2020 por algo ínfimo, um vírus, SARS-CoV-2 com capacidade de matar milhares de pessoas em poucos meses e afetar a produção capitalista em nível mundial. Quais alternativas existiriam ao futuro sombrio projetado por essa distopia pandêmica?

Objetivou-se com esse artigo proceder uma reflexão para apontar narrativas que contribuíssem para essa discussão. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos que subsidiassem a temática da natureza, envolvendo atores humanos e não humanos na perspectiva de Bruno Latour para o qual o social se conecta em redes nas quais seres humanos e não humanos (leis, objetos, outros seres vivos por exemplo) são atuantes, interação entre si, mesmo que momentaneamente. (LATOUR, 2012; 2020).

NO COMEÇO: A PALAVRA

Na cosmologia indígena brasileira tem um conto que diz que quando o ser humano usa a palavra para nomear uma coisa, ela passa a existir, ela passa a ser (MUNDURUKU, 2005). É assim que palavra intermedia toda a criação. E por conseguinte, foi pelo uso das palavras e de seus significantes que o homem intermediou o início do domínio sobre a natureza. Como afirma Foucault (1999) é nos signos das palavras onde habita parte do “tesouro” do conhecimento, e posteriormente o tesouro do saber-poder!

Na antiguidade, a maioria dos homens se via como parte da natureza. Ela estava envolvida ao mesmo tempo tanto ao referencial da sobrevivência quanto da relação com o cosmos, uma vez que era da natureza que o homem tirava seu sustento e nela habitava, ao mesmo que era na própria

natureza que o homem se encontrava com o sagrado. (SCHAMA, 1996). E *PachaMama* interligava tudo, não havia separação entre os homens e desses com a natureza e o Cosmos, nem entre o tempo e o espaço. Tudo vivia e coexistia e se complementava. (SOLÓN, 2019).

À medida que o tempo passou, parte dos homens quis dominar a natureza, aquela que estava “fora” dele. Era necessário que fossem estabelecidas estruturas que fundamentassem o saber-poder sobre a natureza. Nada melhor do que uma indicação de que ele era superior aos demais seres que existiam. Um exemplo é o Deus cristão, cuja palavra forjou o universo. No livro sagrado dos Cristãos, quando se discorre sobre a criação do universo está escrito que: “[...] Deus disse: “Faça-se a luz”! E a luz se fez. Deus viu que a luz era boa. Deus separou a luz das trevas. À luz Deus chamou “dia” e às trevas chamou “noite”. (BIBLIA, 2008, Gênesis versículos 1: 3-5, p. 3).

Criado o universo, o homem precisava se destacar dos demais seres, dominando-os e sobre eles exercendo o seu poder. E eis que novamente Deus disse:

“[...] Façamos o ser humano à nossa imagem e segundo nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todos os animais selvagens e todos os animais que se movem pelo chão”. Deus criou o ser humano à sua imagem, à imagem de Deus o criou. Homem e mulher ele os criou. E Deus os abençoou e lhes disse: “Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a! Dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que se movem pelo chão[...]. (BIBLIA, 2008, Gênesis versículos 1: 26-29, p. 3).

Fortalecido em suas crenças, nada seguraria o homem ocidental afoito pelo controle de toda a Terra, ou como afirma Latour, pela obra do “Sujeito Ocidental Masculino” (LATOUR, 2020, p. 107) que se apossou pelas coisas da Terra. A natureza destronada, dessacralizada e útil foi alterada de forma cada vez mais veloz e voraz, muitas espécies se perderam, muitos rios se foram e o ar se contaminou muito antes do capitalismo ser inventado; após ele houve aceleração desse processo dizimador. (DIAMOND, 2001).

E o homem se multiplicou e criou várias facetas para a dominação, inclusive deseshistoricizando o mundo pelo discurso científico e desqualificando os saberes de populações tradicionais. Mas, foi essa mesma ciência que mostrou ao próprio homem que ele não é o centro do universo, um certo paradoxo (LATOUR, 2012; 2020). Como afirma Foucault “[...] Em outras palavras, *Divinatio* e *Eruditio* são uma mesma hermenêutica”. (FOUCAULT, 1999, p. 45), ou seja, o saber pode carregar várias facetas interpretativas, algumas vezes dependendo da própria linguagem que se usa. A palavra é também um ator.

A PALAVRA SE TORNA AÇÃO: EXISTE UTOPIA

Se Deus deu ao homem cristão o domínio sobre a Terra também pediu para esse homem amar ao próximo. Mas a maioria entendeu que esse próximo deveria ser seu igual: homem, branco, ocidental e cristão. Os demais não precisariam ser amados, talvez alguns suportados. E lá vieram muitas guerras pelo domínio territorial e de posses dos “recursos” da natureza: terras, prata, ouro, pedras preciosas, sal, penas, peles e até outros homens, considerados como “criaturas” (DIAMOND, 2001). Mas no livro sagrado desses mesmos cristãos ter lucro era considerado teologicamente um “pecado”, isso precisava ser mudado, ao menos aos olhos dos demais, o homem não queria ser considerado um “pecador”. Então, ao surgir a Reforma Protestante na Inglaterra do século XVI, a ideia do pecado começa a mudar e a gerar uma mentalidade libertadora para o lucro, independentemente da religiosidade. Nesse período alguns reinos ocidentais iniciaram de forma avassaladora o domínio para além dos seus territórios como a Inglaterra, a França e a Espanha. (DIAMOND, 2001).

Por volta de 1516 um livro escrito pelo inglês Thomas More utilizou metaforicamente o estabelecimento de uma ilha na qual tudo era perfeito, inclusive o próprio homem. Os habitantes dessa ilha eram “venerados” e sua dominação sobre outros povos, era considerada um benefício para os dominados. A Utopia do ponto de vista inicial poderia ser vista como um “não lugar” para uma sociedade idealizada, ou seja, algo praticamente inalcançável na realidade. Entretanto, a Utopia de Thomas More é polissêmica, apresenta em suas entrelinhas um lugar existente: o lugar da crítica política e social.

Como afirma João Almino no Prefácio do livro *Utopia*, ela “[...]é uma obra que pode ser interpretada sobretudo como uma crítica à Inglaterra das primeiras décadas do século XVI. E não apenas à Inglaterra, mas também a outros estados europeus, como a França, explicitamente citada.” (prefácio

de Utopia, MORE, 2004, p. XI). E sejam lá quais mazelas ocorreram nos quartos da história Thomas More foi decapitado por suas convicções políticas e religiosas.

Mas Utopia nunca foi tão atual. Escrito há quase quinhentos anos, a crítica que o livro carrega sobre a visão de um governo sobre si mesmo como sendo exemplo a ser seguido pelos aliados e suas formas de ação e imposição, até algumas estratégias de guerra, podem ser estendidas aos governos dos países de alguns dos países mais ricos do mundo seja EUA, França, Inglaterra.

Por outro lado, outro autor que trata da utopia é Karl Mannheim. Para ele a utopia é algo que evoca um pensamento coletivo com uma ação que poderá ter repercussões futuras na ordem social vigente: “[...] somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, a se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento” (MANNHEIM, 1972, p. 216). Então, se algo não pode ser realizado num dado momento, não significa que não poderá ocorrer futuramente “[...] uma utopia significando, assim, o que parece irrealizável tão-só do ponto-de-vista de uma dada ordem social vigente [...]” (MANNHEIM, 1972, p. 220), que, portanto, pode ser modificada.

A utopia com Mannheim assume um toque revolucionário, e, as condições para o seu desenvolvimento estão alicerçadas na percepção crítica da realidade na qual um dado coletivo está inserido e nas ações modificação desse status quo. Com Mannheim depreende-se que utopia existe e ela é transformadora!

DA NATUREZA UTÓPICA AO FIM DO ÉDEN

Existem diferentes cosmovisões do mundo além da visão cristã ocidental. Por exemplo, houve um tempo em que os fenômenos naturais eram vistos como avisos dos deuses, assim o eclipse, o trovão, os raios, o aparecimento de determinados animais e insetos poderiam ser vistos como agouros de coisas ruins, como o surgimento de uma epidemia. Por outro lado, as águas do Nilo que fecundaram parte do Egito durante suas cheias, eram vistas como dádivas dos deuses (DIAMOND, 2001). E os gregos fundaram mitologias que eram responsáveis pelo controle dos humanos e de todo o cosmos, Gaia era a divindade que com suas forças sobrenaturais reinventava o mundo (LATOURET, 2020). Na América uma cosmovisão é de *PachaMama* que interconecta a Terra com o cosmos em termos de tempo e espaço (SOLÓN, 2019).

No caso do Brasil vários povos tradicionais e indígenas também estruturam sua visão mítica sobre os seres vivos e o universo. (DIEGUES, 2000). O pensamento humano fundou até a existência de um paraíso, um Éden, no qual os homens viviam em harmonia entre si e com os animais, havendo inúmeras pinturas e esculturas como dos renascentistas Sandro Botticelli, Michelangelo e Leonardo da Vinci para figurar isso (SCHAMA, 1996).

Era preciso se distanciar dos deuses, da natureza, era preciso que o homem e o seu querer fossem preponderantes. Se o saber estava diretamente relacionado com o poder (FOUCAULT, 1979), para ampliar os poderes dos homens sobre a natureza novos saberes precisavam ser criados e outros precisavam ser descartados ou desacreditados, gerando a indiferença perante eles. Assim, natureza virou mero recurso, bem natural, objeto de consumo. As fábulas já não eram mais permitidas:

Eis por que as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula; as heterotopias (encontradas tão freqüentemente em Borges) dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases. (FOUCAULT, 1999, Prefácio, p. XII).

Um modelo euro cristão antropocêntrico foi criado, pautado não apenas na religiosidade, mas nas maneiras como os homens deveriam lidar entre si e com a própria natureza. Esse modelo foi um dos que prosperou na antiguidade e na era moderna, sendo transmitido “[...] a toda a história da cultura ocidental” (FOUCAULT, 2010, p. 230). Dir-se-ia mais, além de transmitido, esse modelo auxiliou na formação do saber-poder que propagou o domínio dos reis cristãos durante a expansão ultramarina para a África e América, estabelecendo as bases de um colonialismo de exploração e dizimador da natureza e de vidas humanas e não humanas (DIAMOND, 2001). Embora os povos originários desses continentes fossem diversos e tivessem vivências distintas, foram todos considerados simplesmente “índios” criaturas a serem utilizadas à exaustão, assim como a natureza não humana. O estranhamento dos colonizadores com os seres que habitavam as Américas foi em si um ato

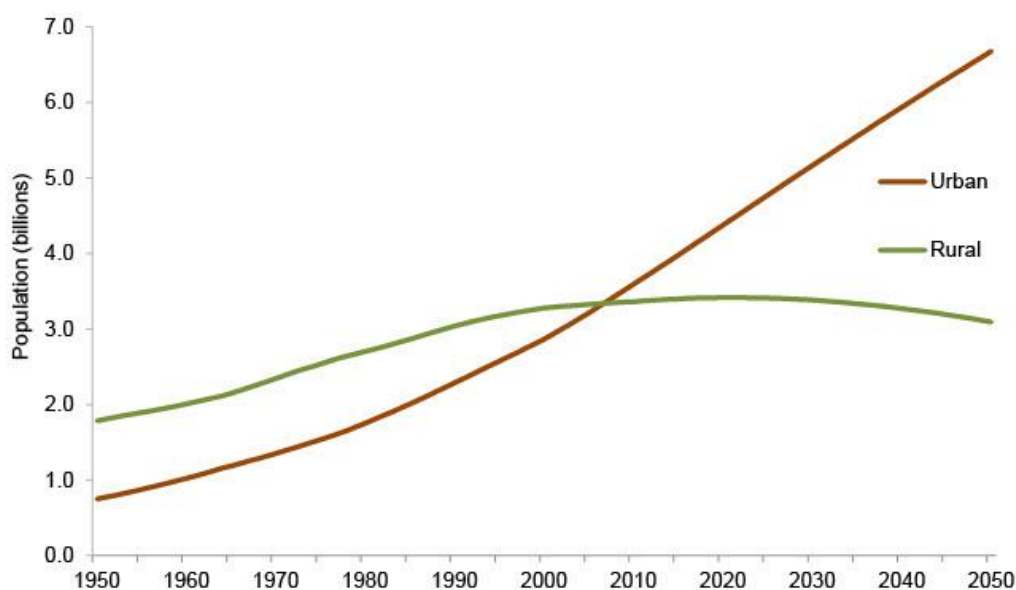
atópico, ou seja, que invisibiliza o outro, abrindo caminho para a violência física e mental contra aqueles que eram considerados diferentes e fora do lugar (Han, 2017, a).

E o Éden passou a ser apenas um quadro na parede. O paraíso já estava na Terra: o paraíso da posse e do lucro a qualquer preço. E o lucro provém em grande parte do consumo, seja de bens móveis (como eletrodomésticos, veículos, roupas, alimentos) ou imóveis (casas, terras). Para consumir é necessário ter gente e capital. Embora em proporções diferenciadas, o número de habitantes cresceu no mundo, especialmente a partir de meados do século XX, parte delas consumidoras vorazes.

De acordo com pesquisas das Nações Unidas, a população mundial era de aproximadamente 2,5 bilhões de pessoas na década de 1950 do século XX, saltando em cinquenta anos para cerca de 7,7 bilhões de pessoas em 2020. Certamente o crescimento populacional varia conforme o país e o continente, por exemplo países da Europa e da América Latina crescem num ritmo menor que países do continente Africano. De maneira geral uma avaliação de cenários com base nos dados mais atuais previu um aumento para 9,7 bilhões no ano de 2050, havendo uma expectativa de vida de cerca de 71 anos, sendo que grande parte dessa população, cerca de 70%, habitará em áreas urbanas. (NAÇÕES UNIDAS, 2018). (Figura 01).

Numa visão simplista, quanto mais população mais consumo. Entretanto, o poder e a vontade de consumir não é igual. Existem grandes diferenças entre os países e dentre deles mesmos. O Brasil é um exemplo. Tem maior parte de sua população concentrada em áreas urbanas, o que não significa que todos com a mesma qualidade de vida adequada e com acesso a serviços básicos como saneamento, saúde e educação. Ao contrário, áreas com grande vulnerabilidade socioambiental são densamente ocupadas. E poucas pessoas concentram a renda e posse das terras no país. (DIEGUES, 2000; SANTOS, 2006; GN, SOF, 2020).

Figura 01 - Mundo: Evolução da urbanização: 1950-2050.



Fonte - NAÇÕES UNIDAS (2018, p. 5).

AS NOVAS DISTOPIAS SOBRE A NATUREZA

Desde a Utopia de More houve ampliação do processo de colonização especialmente europeia para os demais continentes. E (des)cobriram a América. A natureza do continente e toda a riqueza que ele continha foi vista como pertencente aos reis que tinham o direito divino de usufruir de tudo e de todos. E lá se foram ouro, prata e índios, milhares deles. Não apenas pela espada ou fogueira, mas Incas, Astecas e outros indígenas morreram no continente americano pelos vírus e bactérias propagados pelos colonizadores. (DIAMOND, 2001). Afinal, não eram considerados humanos, era criaturas, assim

podiam ser dizimados. Com o decorrer do tempo foram sendo substituídos pelos escravos africanos vindos da África, numa necropolítica de extermínio. (MBEMBE, 2018).

O capitalismo precisava dessacralizar ainda mais a natureza e o que restava de humanidade nos homens para que o lucro e a posse fossem as novas divindades. Precisava então ser criada uma mentalidade e um corpo de domínio, não apenas do homem em si, mas também da própria natureza. E aí entra a biopolítica do genocídio como direito capitalista, não evocado diretamente, mas de maneira indireta por meio de corporações empresariais e da criação de guerras:

[...] Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população. (Foucault, 1988, p. 129)

E para fundamentar esse direito genocida, foram elaboradas “tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência” (FOUCAULT, 1988, p. 135). Nesse mesmo espaço habitam atores humanos e não humanos, que nos primórdios da humanidade integravam a mesma natureza. (LATOURET, 2020). Entretanto, com o decorrer do tempo, a natureza se tornou cada vez mais um atopo, que na conceituação de Han (2017a) é o outro, mas um outro sem lugar. Assim, a natureza vai perdendo seu lugar em função do narcisismo do “eu” - indivíduo (Han, 2017a).

Ampliando esse “eu” para um nível maior, poderia se dizer que vivemos numa época de narcisismo social, o Facebook, Instagram e outras mídias colocam o eu como um centro que precisa constantemente ser visto de forma positiva e admirado. (HAN, 2017a). Esse “eu” não tenho espaço para pensar e se aproximar de um outro que seja seu diferente, um atopo. Assim, a natureza (humana e não humana) foi massacrada pelo eu narcísico, abrindo caminhos para alguns pensamentos distópicos sobre o futuro da humanidade. Um exemplo simples, é paisagismo urbano. Em alguns projetos se buscou o igual para as cidades das metrópoles, a natureza rebelde, múltipla foi domada em jardins, mais do mesmo, retirando dela sua alteridade. No Brasil mais de 80% da população vive em áreas urbanas, sendo que no mundo mais de 50% da população habita em cidades (NAÇÕES UNIDAS, 2019), parte menor dessa população vive em locais urbanizados, outros tantos habitam em lugares nos quais ou a natureza não humana foi extinta para ocupação territorial (moradias, produção econômica, vias de acesso, hidrelétricas) ou foi confinada em redutos de proteção.

Parte desses cenários antrópicos urbanos foi simbolizado pela arte, imageamento pensamentos muitas vezes distópicos. Por exemplo, uma arte tecnológica que demonstra um futuro-presente distópico provém da indústria cinematográfica. A maioria dos filmes distópicos enunciam o pessimismo e certo grau de violência para o futuro da humanidade. Mas, eles surgem de uma avaliação de cenários a partir do que é o presente, assim “[...] A violência e a negatividade resultam sempre de agenciamentos subjetivos complexos: elas não estão intrinsecamente inscritas na essência da espécie humana, são construídas e sustentadas por múltiplos agenciamentos de enunciação.” (GUATTARI, 1997, p. 13).

Vivemos numa sociedade na qual impera um cansaço dopante, seja do corpo físico quanto mental. A perda da fé, inclusive da própria humanidade em si mesma, a negatividade que predomina no presente e na alusão ao futuro (HAN, 2017 b), são sintomáticos de um certo caos social que vem sendo construído nos últimos séculos.

No Quadro 01 apresenta-se uma breve relação de alguns filmes que foram vistos por milhões de pessoas e que apresentam futuro-presente distópico desde o auge da guerra fria até os dias atuais. Histórias que subliminarmente contam como o nosso presente pautado na desigualdade socioambiental e na destruição da natureza podem gerar um futuro extremamente sombrio.

Na literatura também diversos autores destacaram a possibilidade de um mundo distópico, um dos mais recentes foi Kim Stanley Robinson é autor do livro Nova York 2142, um livro de ficção no qual o mar invade a megalópole americana. Nova York é um dos centros mais importantes para o capitalismo moderno, segundo Stanley “O capitalismo tentaria tornar lucrativo até o fim do mundo” (CÁCERES, 2020, p.2). É isso que está acontecendo com a pandemia do SARS-CoV-2, ou comumente denominada de COVID.19. Seja utilizando filmagens cinematográficas ou outras formas de comunicação visual ou subliminares, o neoliberalismo trabalha com a psique para venda de um produto, tendo relação direta com a psicopolítica e as novas formas do poder neoliberal apresentadas por Han (2018), como a auto exploração e o excesso de trabalho do “eu” distópico, distante da coletividade, mas dela se aproximando de maneira virtual, como pela internet e o cinema.

Quadro 01 - A natureza, as distopias e o cinema, 1968-2018.

Filmes Distópicos	Ano e Direção	Detalhes
Planet of the Apes (Planeta dos Macacos)	1968, Franklin J. Schaffner	O primeiro filme foi baseado no livro <i>La Planète des Singes</i> . Uma grande guerra destrói o planeta, a população humana é dizimada. Os símios desenvolvem amplamente sua inteligência e se rebelam contra as formas como são tratados pelos humanos passando a dominá-los. O filme original sofreu readaptações para o cinema nos anos 2000.
Beneath the Planet of the Apes (De Volta ao Planeta dos Macacos)	1970, Ted Post	
Escape from the Planet of the Apes (Fuga do Planeta dos Macacos)	1971, Don Taylor	
Conquest of the Planet of the Apes (Conquista do Planeta dos Macacos)	1972, John Lee Thompson	
Battle for the Planet of the Apes (A Batalha no Planeta dos Macacos)	1973, John Lee Thompson	
Mad Max (Mad Max)	1979, George Miller	
Mad Max: The Road Warrior (Mad Max : a caçada continua)	1981, George Miller	
Mad Max Beyond Thunderdome (Mad Max: além da cúpula do trovão)	1985, George Miller	
Mad Max: Fury Road (Mad Max: Estrada da fúria)	2015, George Miller	
Outbreak (Epidemia)	1995, Wolfgang Petersen	O filme foi baseado no livro <i>The Hot Zone</i> . No enredo pessoas na África são paulatinamente atingidas por um vírus que foi criado como arma biológica. Após chegar aos EUA os cientistas buscam por uma vacina, mas governo procura conter a epidemia com o aniquilamento da população atingida.
Twelve Monkeys (Os Doze Macacos)	1996, Terry Gilliam	Um vírus que atinge apenas os humanos dizima parte da população mundial, os sobreviventes vivem nos subsolos, enquanto na superfície os demais animais vivem livremente.
Contagion (Contágio: epidemia mortal)	2011, Steven Soderbergh	Na Ásia uma mulher pega um vírus que se espalha rapidamente pelo mundo, matando milhares de pessoas. A quarentena acaba sendo uma alternativa enquanto se busca por uma vacina. No final descobre-se na cadeia de origem da epidemia estava o desmatamento e um morcego.
Maze Runner: The Death Cure (Maze Runner: A Cura Mortal)	2015- Wes Ball	Trilogia baseada em livro de mesmo título. Um vírus matou grande parte da população mundial, aqueles que são imunes se tornam cobaias para uma possível cura.
Mortal Engines (Máquinas Mortais)	2018 -Christian Rivers	Baseado em livro de mesmo título, cujo enredo trata de cidades "móveis" e predadoras num planeta Terra arrasado após a guerra mundial.

Adaptado pela autora do site Wikipedia (2020).

A PANDEMIA NÃO É FICÇÃO

Muitos dos filmes de ficção do Quadro 01 apresentam quase que o fim da humanidade, os habitantes que restaram lutam constantemente por sua sobrevivência num planeta Terra arrasado. Grande parte deles tem um vírus como vilão (RENA, 2020). O que poderia ser devaneio de uma mentalidade pessimista, se transformou em realidade em pleno século XXI.

A vida humana na Terra voltou a ser vista como frágil pela presença de um novo vírus: o SAR-COVID-2 um coronavírus causador da pandemia de COVID-19, iniciada em 2019 na China e que se espalhou em 2020 para a maioria dos países. Houve especulações de que a origem seria pelo consumo de algum animal como morcego ou pangolim proveniente do mercado situado na cidade de Wuhan na China, na qual foi identificado pela primeira vez a contaminação. A partir daí iniciou-se uma nova xenofobia contra os asiáticos quando algumas pessoas, inclusive líderes governamentais denominaram o vírus de “vírus chinês”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) se tornou um dos centros do debate da pandemia e divulgou várias informações para auxiliar na diminuição da propagação da epidemia, entretanto milhões de pessoas acabaram por ser contaminadas em poucos meses. Estímulo para a assepsia das mãos, isolamento social, uso de máscaras foram novas formas de controle estatal biopolítico que apareceram com a pandemia. Mas num mundo onde parte da humanidade habita áreas insalubres, não tem acesso a água potável e ao saneamento básico, isso soou como uma incongruência. Paralelamente a tudo isso, foram iniciadas as disputas capitalistas pela produção de uma vacina. (RENA, 2020; CASTRO, DAL SENO, POCHMANN, 2020; OBSERVATÓRIO COVID-19 BR, 2021).

A convivência dos seres humanos com pandemias é parte da história, que já enfrentou várias delas com disseminação intercontinental e com altas taxas de mortalidade. Nesse grupo pandêmico se enquadram a peste bubônica, a gripe espanhola, a tuberculose, o H1N1 e o Covid-19 (Quadro 02). Algumas dessas pandemias foram prevenidas através de campanhas sanitárias, remédios e vacinação em massa como o caso das provocadas pelo vírus influenza, outras ainda têm fortes impactos na saúde humana, como a tuberculose uma das doenças que mais mata no Brasil e no mundo. (UJIVARI, 2003); LUNA, SILVA JR., 2013). O SARS-CoV-2 gerador da pandemia de COVID – 19 se alastrou pelo planeta assim como as disputas de narrativas entre a ciência e as *fake news*, sobre a origem do vírus e as medidas profiláticas a serem adotadas, o que gerou inclusive novas disputas geopolíticas como entre EUA, França, Rússia, Cuba e China. (CASTRO, DAL SENO, POCHMANN, 2020).

QUADRO 02 - Mundo: exemplos de pandemias.

Pandemia	Período	Locais	Número aproximado de Mortos
Peste Bubônica – Peste Negra (bactéria <i>Yersinia Pestis</i>)	Sec. XIV (1343-1353)	Eurásia	200 milhões
Gripe Espanhola (vírus influenza)	Séc. XX (1918-1920)	Mundo	50 milhões
Variola (vírus <i>Orthopoxvirus variolae</i>)	Séc. XIX-XX (1896-1980)	Mundo	300 milhões
Tuberculose (Bacilo de Koch - <i>Mycobacterium tuberculosis</i>)	Séc. XIX-XX (1850 a 1950)	Mundo	1 bilhão de pessoas
Gripe Suína (vírus influenza A/H1N1)	Séc. XXI (2009)	Mundo	18 mil
COVID – 19 (coronavírus SAR-COV-2)	Séc. XXI (início em dezembro de 2019)	Mundo	2.692.000 (até março de 2021)

Adaptado pela autora de - UJIVARI (2003); LUNA, SILVA JR., (2013); OPAS (2021).

No Brasil foi criado o denominado Observatório COVID-19 formado por pesquisadores, instituições de pesquisa e ensino como da Fiocruz, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Universidade Federal da Paraíba - UFPB para divulgação de informações científicas e dados oficiais sobre a propagação do coronavírus no país. (OBSERVATÓRIO COVID-19 BR, 2021). Conforme dados de cientistas desse Observatório medidas como a higienização constante das mãos, o uso de máscaras e o distanciamento social achataram a curva epidêmica por diversas vezes, entretanto, mesmo assim, o contágio cresceu, pois, em vários estados brasileiros as medidas ou não foram seguidas pela população em geral, ou foram impostas tardiamente pelos governantes. Medidas mais drásticas como a recomendação de *lockdown* (confinamento social) parcial (somente para alguns setores econômicos e parte da população) ou total (para todos os setores econômicos e grande parte da população) ainda poderia trazer algum efeito para diminuir o contágio até que ocorra a vacinação maciça da população. Entretanto, especialmente para setores produtivos e o comércio um *lockdown* total poderia gerar danos para a economia, porém salvaria mais vidas. (OBSERVATÓRIO COVID-19 BR, 2021). É aí que reside uma das grandes complexidades da pandemia de COVID -19, e do próprio processo de acumulação capitalista, as controvérsias políticas entre salvar vidas ou salvar a economia. O que coadunaria com a afirmação de Löwy de que: “[...] Precisamos pensar, portanto, em alternativas radicais, alternativas que coloquem outro horizonte histórico, mais além do capitalismo, mais além das regras de acumulação capitalista e da lógica do lucro e da mercadoria. (LÖWY, 2013, p. 81).

Outra questão que gerou disputas de saber-poder, foi detectar a real origem do vírus, teoricamente para buscar formas de diminuir a propagação. Vários estudos científicos começaram rapidamente a serem realizados, um novo saber-poder. Em um recente estudo publicado na revista *Nature Microbiology* (BONI, LEMEY, JIANG, 2020) afirmou-se que o vírus SARS-CoV-2 sofre processos constantes de recombinações genéticas o que dificulta a prevenção. Além disso, a origem do vírus poderia estar relacionada com o morcego-ferradura que é habitual portador do coronavírus, ou seja, ele é um dos animais presentes na natureza nos quais a presença do vírus é constante há anos. Por fim, os autores concluem que na natureza existem outros vírus como SARS-CoV-2 que podem gerar epidemias de rápida propagação, ainda não pesquisados. Portanto, a susceptibilidade humana a seres microscópicos é real e está intimamente ligada ao acesso ao conhecimento, a renda e a uma grande desigualdade socioambiental. (CASTRO, DAL SENO, POCHMANN, 2020).

Para exemplificar, a pandemia não atingiu a todos da mesma maneira, uma das populações mais atingidas foi a população pobre, mestiça e negra. (OBSERVATÓRIO COVID-19 BR, 2021). Ocorre com a pandemia o mesmo que acontece com outras doenças que atingem o mundo e com as questões socioeconômicas: uma necropolítica avassaladora, termo utilizado pelo filósofo Achille Mbembe para designar o poder proveniente da morte (MBEMBE, 2018). Se a biopolítica trabalha com as questões afeitas às formas de dominação das esferas da vida em geral, a necropolítica vai tratar da política do deixar morrer e do descarte humano. Milhares de pessoas morreram sem o devido auxílio médico, outros milhares ficaram desempregadas com os procedimentos de quarentena, outras se lançaram em trabalhos precários se submetendo a uma maior exposição ao vírus.

Uma dimensão que a pandemia deixou clara foi referente ao aumento do trabalho das mulheres, especialmente o trabalho doméstico (como cozinhar, lavar, limpar) e o cuidado com outras pessoas como os filhos menores, parentes enfermos e outros. (GN, SOF, 2020). O que sobrecarrega física e mentalmente essas mulheres, para além dos trabalhos que já realizavam anteriormente a pandemia, uma vez que muitas tiveram que se reorganizar com as tarefas domésticas estando em home office ou mantendo o trabalho remunerado fora de casa. Ainda há um longo caminho a ser percorrido também em termos de igualdade de gênero. (GN, SOF, 2020).

Seria o COVID um aviso da natureza para o *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2008), sujeito individualista, que visa essencialmente alcançar os seus interesses pessoais utilizando a racionalidade para atingi-los começar a repensar tal individualismo e as desigualdades socioeconômicas existentes? São diversas e complexas as opiniões de intelectuais sobre a pandemia de COVID-19, desde aqueles que negam sua existência como aqueles que pregam que a pandemia poderia abrir caminho para novas formas de comunismo (AGAMBEN et al, 2020).

Giorgio Agamben é um dos intelectuais para os quais a pandemia de COVID-19 seria apenas mais uma gripe, utilizada como pano de fundo para o estabelecimento de novo paradigma para o estado de exceção (AGAMBEN, 2020). Já autores como Paul B. Preciado e Slavoj Žižek entendem a pandemia como a possibilidade de desestabilização do normal, seja o social, o político e o

econômico, abrindo caminho para mudanças em todos os níveis, inclusive do poder (PRECIADO, 2020; ZIZEK 2020). Assim, muitas incertezas surgiram, mas o que poderia ser afirmado é que a pandemia promoveu uma alteração na sensação de pretensa liberdade do *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2008). O que se espera é que essa alteração repercuta em melhorias socioeconômicas e políticas, pautadas num modelo de relação com a natureza menos impactante, ou seja, não devemos voltar ao normal de antes da pandemia, porque ele, o considerado normal, gerou o caos no qual fomos lançados.

Passados centenas de anos após o início da expansão eurocêntrica cristã e com ela do genocídio de milhões de vidas (humanas e não humanas), o líder da Igreja Católica Jorge Mario Bergoglio, conhecido como Papa Francisco, embora mantendo as doutrinas tradicionais pertinente as convicções de sua religião, afirmou que não é apenas o COVID-19 que ameaçou a vida no planeta (ou a casa comum como ele prega), mas outras como a desigualdade social e a indiferença (PAPA FRANCESCO, 2020). Além disso, alertou para os impactos gerados na natureza:

[...] Falhamos na nossa responsabilidade de guardiães e administradores da Terra. Basta olhar a realidade com sinceridade para ver que há uma grande deterioração da nossa casa comum. Poluímo-la, saqueámo-la, colocando em perigo a nossa própria vida [...]. Não há futuro para nós se destruímos o meio ambiente que nos sustenta. (PAPA FRANCESCO, 2020, p. 10).

Que significância teria tais afirmações de um Papa? Se não foi geradora de mudanças de atitudes, ao menos poderá ter gerado reflexão em milhões de seguidores de sua religião. Especialmente quando o pontífice fala sobre a necessidade de se pensar no bem comum.

Romper com a visão antropocêntrica da natureza, sua coisificação pelo capital, estimular ações que tenham menos impacto sobre os não humanos que a compõem, diminuir desigualdades sociais é praticamente considerado uma grande utopia no cenário capitalista atual (LÖWY, 2013). Entretanto, como afirmou profeticamente Byung-Chul Han (2017, a): “No inferno do igual, a chegada do outro atópico pode assumir uma forma apocalíptica. Ou formulado noutros termos: hoje, só um apocalipse pode libertar-nos – ou antes, só ele pode redimir-nos – do inferno na direção do outro” (Han, 2017a, p. 11).

O COVID-19 pode ter sido o mensageiro desse apocalipse citado por Han (2017) para a reflexão para uma nova socioeconomia em nível global. O capitalismo, juntamente com o antropocentrismo, está auxiliando na ampliação das crises (econômicas, sociais, ambientais) que assolam o planeta (SOLÓN, 2019). É necessário buscar uma nova lógica que considere diversas abordagens socioeconômicas que visem um bem-estar comum e efetivo para atores humanos e não humanos, ou seja que também envolva a natureza. Uma perspectiva de mudança que deve começar desde o nível pessoal passando por níveis mais elevados de relações sociais, políticas e econômicas. (SOLÓN, 2019).

HÁ ESPERANÇA? AS POSSIBILIDADES DA ECOSOFIA, DA ETNOCONSERVAÇÃO E DO BEM VIVER PARA UMA NOVA UTOPIA COMUM SOBRE A NATUREZA

É a esperança que nos move. É a esperança que sempre nos moveu, seja para a guerra seja para a paz. Depois das lições vindas da pandemia do COVID-19 existe a esperança de que possamos nos relacionar entre nós humanos e com os demais seres do planeta de uma forma diferente e mais articulada. Seria isso uma nova Utopia? No dizer de Zizek poderíamos estar a caminho de uma sociedade alternativa:

Pero quizás otro virus ideológico, y mucho más beneficioso, se propagará y con suerte nos infectará: el virus de pensar en una sociedad alternativa, una sociedad más allá del estado-nación, una sociedad que se actualiza a sí misma en las formas de solidaridad y cooperación global. (ZIZEK, 2020, p. 22).

Guattari (1997) destaca a importância de nova maneira de pensar e agir que envolva todos os setores da vida humana aliados a uma Ecosofia, ou seja, uma interligação entre o social e o ambiental. Essa Ecosofia seria uma concepção filosófica articuladora: “[...] da subjetividade em estado nascente, do socius em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época”. (GUATTARI, 1997, p. 17). A Ecosofia proposta por Guattari coaduna com um novo cuidado de si (FOUCAULT, 2010) ao propor uma reconstrução ambiental, social e mental das “[...] relações humanas em todos os níveis do socius” (GUATTARI,

2012, p. 33). Essa proposição provém da constatação dos grandes impactos gerados pelo homem na natureza e as consequências negativas disso para a própria sobrevivência da humanidade. Assim sendo, a Ecosofia seria uma filosofia para nova práxis do envolvimento entre a ética e a política, interligando três eixos: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade, numa reconstrução coletiva dos modos de viver e agir na Terra. Modos esses que deveriam ser menos impactantes, mais justos e solidários, readequando o lidar humano entre si e com os outros seres. (GUATTARI, 2012).

Pensando na Ecosofia apontada por Guattari como uma possível alternativa para as crises socioambientais que vivencia a humanidade, há que ser lembrando que milhares de pessoas pelo mundo vivem de uma maneira ecosófica, pois seus modos de viver estariam pautados numa interconectividade coletiva entre eles próprios e os demais seres que os envolve. Devido as suas cosmovisões, ou seja, as maneiras que percebem e agem no mundo, geraram formas de lidar com a natureza menos impactantes. Como exemplo: as populações tradicionais no Brasil como os seringueiros, os povos indígenas na Amazônia Latino Americana e nas florestas tropicais na África.

Nesse contexto proposto pela Ecosofia é que se pode destacar o denominado Bem Viver, que está relacionado com a “cosmovisão indígena que enfatiza a ideia de viver em harmonia com a natureza e entre as pessoas.” (SOLÓN, 2019, P. 185). O Bem Viver é seguido por povos andinos da Bolívia, Equador e Peru (SOLÓN, 2019) e se aproxima do que é denominado de Etnoconservação no Brasil (DIEGUES, 2000).

O Bem Viver tem como base “[...] as distintas maneiras de ver a vida e sua relação com a Pacha Mama. Aceita como eixo aglutinador a relacionalidade e a complementariedade entre todos os seres vivos – humanos e não humanos”. (ACOSTA, 2019, p.82). Ele é praticado pelos povos indígenas andinos com a denominação de *Suma Qamaña* em aimará e *Sumak Kawsay* em quéchua. Nessa filosofia ancestral se valoriza a comunidade e o bem-estar coletivo, no qual não há separação entre seres humanos e natureza, conforme afirma Acosta (2019, p.48) “[...] é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador.” Ou seja, a partir do Bem Viver pode-se buscar interconectividades com outros modos de vida e conhecimentos para se pensar numa sustentabilidade plural que abarque vários aspectos do conviver coletivo, em contraponto com a lógica economicista e individualista do capitalismo.

Cabe destacar que embora o Bem Viver esteja pautado na autodeterminação dos povos indígenas, no Equador e na Bolívia ele chegou a ser institucionalizado, ou seja, os movimentos sociais e políticos buscaram a incorporação legal de valores e direitos relacionados com as tradições dos povos indígenas andinos nas Constituições daqueles países, o que não significou que foram plenamente internalizados ou seguidos, mas foi um passo para sua valorização social, inclusive para valorização da pluralidade étnica e da interculturalidade naqueles países. (ACOSTA, 2016; SOLÓN, 2019).

A etnoconservação por sua vez, é uma terminologia utilizada no Brasil para qualificar a aliança entre os saberes tradicionais e científico, no qual não haja separação entre natureza e cultura (DIEGUES, 2000). Essa etnoconservação também seria uma proposta para um novo paradigma do ré envolvimento da humanidade entre si e desta com a natureza. Um exemplo da etnoconservação estaria relacionado com as práticas tradicionais dos seringueiros na coleta do látex na floresta amazônica e na sua busca pela valorização dos territórios de uso coletivo, o que culminou com a criação da categoria de unidade de conservação denominada Reserva Extrativista no Brasil. (DIEGUES, 2000). Essa reserva se tornou exemplo de uso coletivo da terra, por exemplo no Estado do Acre, sendo caracterizada como uma área de domínio público utilizada para a subsistência das por populações tradicionais com atividades como extrativismo e a agricultura de subsistência. Sendo a gestão do território realizada por um conselho deliberativo. (BRASIL, 2000, art. 18).

Parte dos pressupostos da etnoconservação favoreceram no Brasil ao desenvolvimento do que veio a ser denominado de socioambientalismo, que tem como uma premissa a valorização do conhecimento dos povos tradicionais e indígenas, detentores de modos de produzir e saberes complexos, distintos daqueles das sociedades modernas (SANTILLI, 2005). Considerando isso, o socioambientalismo configura-se como um movimento que envolve diversos atores humanos que através de ações comunitárias e que no escopo jurídico buscam incentivar a sustentabilidade socioambiental e a “[...] redução das desigualdades sociais e promover valores como justiça, ética e equidade social.” (SANTILLI, 2005, p. 174).

O Bem Viver e a etnoconservação propõem o bem comum, o bem coletivo, o bem para o qual não se precifica, pautado no agir comum de maneira cooperativa. (SOLÓN, 2019). Proposições que vão

muito além do que veio a ser chamado de desenvolvimento sustentável pelo capitalismo. Ou seja, quando surgiu a terminologia do desenvolvimento sustentável era para ele estar baseado no desenvolvimento econômico e social, aliado ao menor impacto a natureza. Com o passar dos anos, a terminologia foi apropriada pelo mercado para designar práticas que tiveram como foco a lucratividade do capital, com pouca ênfase concreta na diminuição dos impactos ambientais e muito menos ainda no desenvolvimento social e na diminuição da pobreza, uma vez que a lógica de acumulação capitalista não foi modificada, antes pelo contrário, foi legitimada com uma nova roupagem conceitual de capitalismo “verde” (DIEGUES, 2000; ACOSTA, 2019). Assim, alguns autores procuram utilizar o termo sustentabilidade para demarcar a diferença com o conceito de desenvolvimento sustentável, como é o caso de Acosta (2019). A sustentabilidade estaria alicerçada numa mudança do paradigma focado no mercado e no individualismo para um paradigma focado no coletivo e na solidariedade, respeitando-se as práticas tradicionais e a natureza, gerando transformações socioeconômicas em relação as práticas capitalistas atuais. Conforme afirma Acosta (2019), novas racionalidades podem surgir a partir de reflexões sobre outras formas do conviver coletivo para que haja transformações na sociedade:

Com o reconhecimento e a valorização de outros saberes e práticas, e com a reinterpretação social da Natureza a partir de imaginários culturais, como o Bem Viver, se poderá construir uma nova racionalidade social, política, econômica e cultural indispensável para a transformação. (ACOSTA, 2019, p. 241).

Pensar na sustentabilidade com base nas proposições da Ecosofia, da Etnoconservação e do Bem Viver não significa abdicar do uso da tecnologia ou da ciência, mas sim pensar em como elas são atualmente utilizadas e como poderão favorecer ao bem coletivo. Tais proposições, também podem favorecer no repensar sobre alternativas que inspirem a reflexão em como a humanidade lidará consigo em sua complexidade e diversidade, e, especialmente, em como se perceberá e agirá diante da natureza. E especialmente pensar na fundação de uma “civilização da solidariedade” entre humanos e a natureza, conforme aponta Löwy (2013, p.83).

Nesse sentido, movimentos sociais e a academia trabalhando em redes, no sentido atribuído por Santos (2006), poderiam favorecer para a ampliação da discussão da temática relacionada com a Ecosofia, a Etnoconservação e o Bem Viver. Tirando a natureza da atopia para recolocá-la no seu lugar. O lugar do qual a humanidade é parte.

Conforme Preciado, é preciso apreender essa nova biopolítica que surge com as epidemias e a pandemia, e estudar as tradições de resistência minoritária para que seja imaginada uma nova revolução (PRECIADO, 2020). E o restante da humanidade estaria pronto para do desafio proposto de um viver comum, coletivo, sem posses e da interdependência entre os seres do planeta? Uma pergunta complexa, que por enquanto ficará sem resposta.

APONTAMENTOS FINAIS

Da natureza, um dia, o ser humano se fez parte. Com o decorrer do tempo, buscou se afastar dela, se tornar o ser mais importante para que pudesse dominá-la, possuí-la como recurso para o desenvolvimento dos seus interesses. O antropocentrismo passou a ser a chave para ações que deixaram marcas profundas em todo o planeta, como impactos ambientais e sociais que ameaçam a própria existência humana.

Parte da origem dessas ameaças provêm, além de um processo milenar de desnaturalização do humano, do advento dos processos de acumulação do capital que tiveram na natureza sua fonte e de técnicas que permitiram o aumento da produção sem a devida preocupação com os impactos que isso poderia gerar.

Muitas epidemias extirparam a vida de milhares de pessoas, agora é a pandemia de COVID-19 que assola o mundo. Ela pode ter suscitado, ao menos do ponto de vista acadêmico, reflexões sobre o que a humanidade pretende para seu futuro comum. Nesse sentido, alguns autores como Diegues (2000), Acosta (2016) e Solón (2019) defendem que a etnoconservação e o Bem Viver apontariam os caminhos para um conviver coletivo, diferenciado do que seja viver bem nas sociedades capitalistas, pautadas no individualismo e consumismo. Entretanto, isso não significa que a etnoconservação e o Bem Viver devam ser replicados em um contexto global tal qual foram implementados em seus locais de origem, mas serviriam como norteadores para reflexões sobre o conviver coletivo e sobre questionamentos dos limites do crescimento econômico nos moldes do neoliberalismo ou do desenvolvimento sustentável.

A nova utopia que surge, volta-se para o favorecimento de relações menos impactantes e mais solidárias, que tragam o ser humano de volta para natureza. Não do ponto de vista da ingenuidade, mas discutindo novos rumos para o viver planetário pautado em princípios de coletividade e solidariedade, cuja inspiração pode vir da etnoconservação e do Bem Viver praticados por povos tradicionais e indígenas na América Latina com cosmovisões próprias.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. <https://doi.org/10.7476/9788578794880.0006>
- AGAMBEN, G. La invención de una epidemia. In: AGAMBEN, G. et al. **Sopa de Wuhan** — Pensamiento Contemporáneo en Tiempos de Pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio); 2020. Disponível em: <https://bit.ly/sopadewuhan>. Acesso em: 10 de junho de 2020.
- BÍBLIA. Sagrada **Bíblia Católica**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.
- BONI, M. F.; LEMEY, P. P., JIANG, X. et al. Evolutionary origins of the SARS-CoV-2 sarbecovirus lineage responsible for the COVID19 pandemic. In: **Nat Microbiol** (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41564-020-0771-4>. Acesso em 30 de julho de 2020. <https://doi.org/10.1038/s41564-020-0771-4>
- BRASIL. Lei 9.985. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Poder Executivo. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília, DF, 2000.
- CÁCERES, A. 100 anos de distopia. Como o pessimismo virou febre literária. In: **Estadão**. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,100-anos-de-distopia-como-o-pessimismo-virou-uma-febre-literaria,70003131748>. Acesso em dez. 2020.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- CASTRO, D.; DAL SENO, D.; POCHMANN, M. (org). **Capitalismo e a Covid-19**. São Paulo: 2020. Disponível em <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2020.
- DIAMOND, J. **Armas, germes e aço**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.
- DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. Editora Hucitec-NUPAUB-USP, 2000.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **As Palavras e as Coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. Martins Fontes. São Paulo. 1999.
- _____. **O nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**: curso do Collège de France (1981- 1982). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GÊNERO E NÚMERO – GN E SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA - SOF. **Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 1997.
- HAN, Byung-Chul. **Agonia do eros**. Petrópolis: Vozes, 2017 (a).
- _____. **Sociedade do cansaço**. 2 ed. ampl. Petrópolis, Vozes, 2017 (b).
- _____. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- LATOUR, B. **Reagregando o Social**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA. 2012.

- _____. **Diante de Gaia:** Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo/Rio de Janeiro: UBU/Ateliê de Humanidades, 2020.
- LUNA, E.J. A, SILVA JR., J.B. Doenças transmissíveis, endemias, epidemias e pandemias. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro:** população e perfil sanitário [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 2. pp. 123-176. Disponível em: <http://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/07/41.pdf>. Acesso em 12 de março de 2021.
- LEVI-STRAUSS, C. **Natureza e Cultura.** As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Ed. Vozes. 2012.
- LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v.26, n.67, 2013, pp. 79 – 86. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>
- MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MBEMBE, A. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MEADOWS, D. H. et al. **Limites do crescimento:** um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- MORE, T. M. **Utopia.** Prefácio: João Almino; Tradução: Anah de Melo Franco. - Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.
- MUNDURUKU, D. **Contos indígenas brasileiros.** São Paulo: Global, 2005.
- NAÇÕES UNIDAS. **Informe de la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo.** (1987). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/139811?ln=en>. Acesso em março de 2021.
- _____. World Population Prospects 2018. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Feb/un_2018_wup_highlights.pdf. Acesso em março de 2021.
- _____. World Population Prospects 2019, Volume II: **Demographic Profiles.** Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em março de 2021.
- OBSERVATÓRIO COVID 19 - BR. **COVID-19.** Disponível em: <https://covid19br.github.io/>. Acesso em 16 de março de 2020.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. OPAS. **Folha informativa COVID-19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em 12 de março de 2021.
- PAPA FRANCESCO. **Vida após a pandemia.** Libreria Editrice Vaticana. Città del Vaticano, 2020.
- PRECIADO, P. B. Aprendiendo del vírus. In: AGAMBEN. Giorgio. et al. **Sopa de Wuhan** — Pensamiento Contemporaneo en Tiempos de Pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio); 2020, p. 163-185. Disponível em: <https://bit.ly/sopadewuhan>. Acesso em: 10 de junho de 2020.
- RENA, N. Crise econômica mundial, pandemia global: momento de produzirmos mais conhecimento, mais ciência, mais extensão universitária junto às comunidades vulneráveis. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1 - Edição extra, p.7-9, maio/2020.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos:** proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SCHAMA, S. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOLÓN, P. Bem Viver. In: **Alternativas sistêmicas:** Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019, p. 19-64.
- _____. **Alternativas sistêmicas:** Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.
- _____. Vivir bien: Antigas cosmovisões e novos paradigmas. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. (Orgs). **Novos Paradigmas para um outro mundo possível.** São Paulo: Usina, 2019, p. 185-203.

UJVARI, S. C. **A história e suas epidemias**. A convivência do homem com os microrganismos. Rio de Janeiro, Senac Rio; São Paulo, Senac São Paulo, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0036-46652003000400017>

WIKIPÉDIA. Filmes. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/>. Acesso em: 03 de junho de 2020

ZIZEK, S. Coronavirus es un golpe al capitalismo al estilo de 'Kill Bill' y podría conducir a la reinención del comunismo. In: AGAMBEN. Giorgio. et al. **Sopa de Wuhan** — Pensamiento Contemporaneo en Tiempos de Pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio); 2020, p. 21-28. Disponível em: <https://bit.ly/sopadewuhan>. Acesso em 10 de junho de 2020. <https://doi.org/10.5380/cra.v21i2.79255>

Recebido em: 28/11/2020

Aceito para publicação em: 06/04/2021